

Reforço no orçamento da educação e melhora no ensino desafiam Lula

Desafios do novo governo Lula no setor da educação

Orçamento apertado, prejuízos da pandemia e universidades à beira do colapso estão no horizonte para o ano de 2023

MARCEL HARTMANN
marcel.hartmann@zerohora.com.br

O presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, assumirá em 1º de janeiro seu terceiro mandato com desafios na educação: a aprendizagem dos brasileiros piorou na pandemia, universidades estão à beira do colapso, políticas da área precisam de mais verba, mas o orçamento público está apertado.

Se as gestões anteriores de Lula foram marcadas por investimento em novas universidades e institutos federais no interior do Brasil, além de bolsas no ensino superior privado, o teto de gastos deve trazer amarras. Os últimos bloqueios orçamentários impostos pelo Ministério da Economia de Jair Bolsonaro atingiram em cheio diversas autarquias federais – universidades nem sequer têm dinheiro para pagar contas de água e luz, enquanto centenas de bolsistas de mestrado e doutorado seguem com salários atrasados.

– A recomposição orçamentária é ponto de partida. Sem isso, tudo é só projeto, porque esbarramos nos cortes. Há gastos esperados no ano que vem para saldar compromissos deste ano. A questão da alimentação escolar é caso clássico de subfinanciamento, porque a inflação corrói os valores enviados pela União, mas Estados não podem deixar de dar comida, que é caríssima – diz o presidente do Conselho dos Secretários Estaduais da Educação (Coned) e secretário do Espírito Santo, Vitor de Angelo.

O orçamento do Ministério da Educação (MEC) previsto para o ano que vem, enviado pelo governo Bolsonaro para aprovação do Congresso, é de R\$ 137,1 milhões, um pouco acima dos últimos dois anos, mas abaixo do destinado nas gestões Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (MDB), segundo dados do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop) do governo federal.

O teto de gastos, que limita as despesas públicas ao crescimento da inflação, foi aprovado na gestão Temer. Todavia, já foi furado em diversas oportunidades e precisa ser discutido na próxima gestão, defende a vice-presidente da

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca) e professora de Política e Gestão da Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Nalú Farenzena.

– Do ponto de vista do financiamento da educação básica, o governo federal precisa financiar a rede pública federal. O segundo dever é prestar assistências técnica e financeira a Estados e municípios. Só que é preciso combinar responsabilidade social com responsabilidade fiscal. Quando a responsabilidade fiscal sobrepõe todo o espectro de políticas sociais, isso é inclusive obsoleto. O pacto federativo não supõe que todos os encargos de políticas sociais, com exceção da Previdência, recaiam sobre Estados e municípios – diz Nalú Farenzena.

PEC

Caso seja aprovada no Congresso, a PEC da Transição deve acrescentar mais R\$ 12 bilhões na Educação, destacou o futuro vice-presidente, Geraldo Alckmin, na última quinta-feira. E declarou que Lula quer focar na educação básica e investir em expandir turno integral. Ainda citou a necessidade de erradicar o analfabetismo e universalizar creches.

No Brasil, só 12,4% dos alunos do Médio têm aulas em dois turnos – no RS, apenas 2,6%, segundo dados levantados pela ONG Todos pela Educação.

– Precisamos de um plano para o aluno ficar depois da aula e repor as aprendizagens que não teve nos últimos dois anos. Os alunos que precisam mais recuperar são os que não voltam depois. O MEC precisa coordenar essas ações, pode fazer isso com recursos, diretrizes, orientações e apoio a Estados e municípios – diz Claudia Costin, diretora do Centro de Políticas Educacionais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), integrante da equipe de transição e diretora global de Educação do Banco Mundial.

Alckmin ainda afirmou a importância de reforçar duas políticas públicas importantes: o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), que ajuda Estados

prefeituras a pagarem merenda, e o Programa Nacional do Transporte Escolar (PNAT), focado nos ônibus para estudantes. O futuro vice citou ser inadmissível o governo destinar R\$ 0,36 por aluno para Estados e municípios pagarem alimentação estudantil.

– Se conseguirmos ampliar creches, ajudar prefeituras e zerar a falta de vaga para crianças de quatro a cinco anos, daremos um salto espetacular. No Ensino Fundamental, tem a questão da merenda escolar. Não é possível R\$ 0,36 por refeição. Há necessidade de corrigir os valores, e a alimentação é prioritária, como o transporte. (...) A escola de tempo integral, o presidente Lula tem avisado que vai priorizar a ampliação. Tem estudos mostrando que o aluno no segundo ciclo do Fundamental ou no Médio, quando se aumenta o turno integral, reduz o homicídio, se o jovem fica mais tempo na escola – afirmou Alckmin.

Posicionamentos

O QUE DIZ O MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Desde 30 de novembro, quando cortou R\$ 5,72 bilhões nas despesas federais, a pasta vem dizendo que o objetivo é cumprir o teto de gastos neste fim de ano. E argumenta que as despesas cresceram além do esperado em 2022, em especial na Previdência Social. "Para cumprir o dispositivo constitucional do teto, o Ministério da Economia foi obrigado a promover bloqueio adicional nos limites orçamentários e financeiros de todos os ministérios. Com isso, despesas importantes que seriam realizadas neste ano ou no começo de 2023 não poderão mais ser empenhadas e praticamente todas as despesas discricionárias que seriam pagas em dezembro estão suspensas", informou o ministério chefiado por Paulo Guedes, no fim de novembro.

O QUE DIZ A CAPES

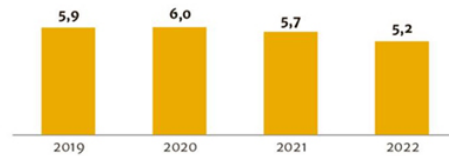
Sobre o pagamento de bolsas, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) informou neste mês que "defenderá sempre a regularização dos pagamentos devidos aos alunos e pesquisadores".

Números

Queda em orçamentos de programas importantes da Educação nos últimos anos

UNIVERSIDADES FEDERAIS

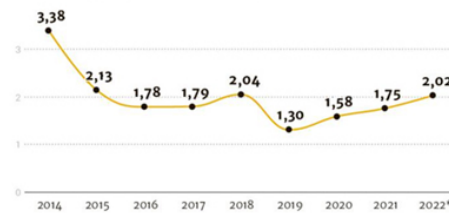
Valores corrigidos pela inflação (em R\$ bilhões)



Fonte: Andifes, com valores corrigidos pela inflação por GZH

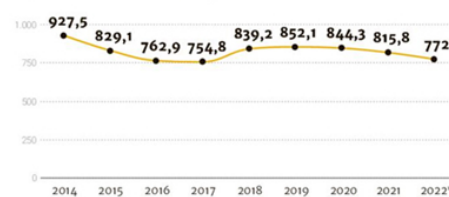
PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA

Valores corrigidos pela inflação (em R\$ bilhões)



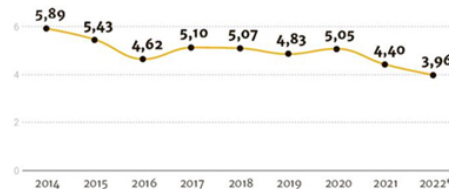
PROGRAMA APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR

Valores corrigidos pela inflação (em R\$ milhões)



PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Valores corrigidos pela inflação (em R\$ bilhões)



* Supressão Lei Orçamentária

Fonte: Nalú Farenzena, vice-presidente da Associação Nacional de Pesquisadores em Financiamento da Educação (Fineduca)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Ensino **Página:** 18